



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 12 de março de 2026.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 1028/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE** **solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1028/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 04/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 19/12/2025 por Julio Henrique Maschio Motivo: Levantamento de informações necessárias para o atendimento ainda não terminou
Solicitação REQUISITO as seguintes informações referentes ao evento chamado "Especial Dia dos Pais 2023" (Centro de Convivência) realizado nos dias 10 e 11 de agosto de 2023, sob a Coordenação do servidor Mário César Mello da Silva (matricula nº133.153-1), por meio da Secretaria de Turismo e Cultura: Cópia das autorizações relativas ao Uso e Ocupação do Solo concedidas pela SETEC; Cópia das taxas recolhidas (individualmente) referentes ao Uso e Ocupação do Solo (SETEC); dos expositores participantes; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Guarda Municipal; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Polícia Militar; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à EMDEC; Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento do ECAD (sobre utilização de som mecânico e apresentações musicais); Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento dos artistas que se apresentaram no evento; Cópia dos Contratos com Prestadores de serviço envolvidos na produção do evento: banheiros químicos, ajudantes/montadores, barracas, tendas, palco, som e iluminação; Cópia dos materiais publicitários (físicos e/ou digitais) utilizados na divulgação do evento; AVCB para Eventos Temporários ou Alvará de Autorização para Eventos Temporários EMITIDO pelo Corpo de Bombeiros para a realização do evento; Documentação relativa à eventuais direcionamentos de EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS;			

A **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)** ofereceu a seguinte resposta:

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17277034, 17277065, 17277105 e 17277138), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

A SECULT juntou os documentos mencionados na manifestação supra.

Insatisfeito(a), o(a) RECORRENTE apresentou recurso em 1ª instância nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1028/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 11/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 19/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação ***DEVIDO à limitação de caracteres neste campo do site para explanar sobre as motivações do RECURSO, JUNTO o PDF anexo chamado "RECURSO ADM 1º Inst. n.1028-202: Dia dos Pais F.H. 2023.pdf" para trazer os questionamentos oportunos. V - DOS PEDIDOS Diante do exposto, REQUER: 1. o provimento integral do presente recurso; 2. a complementação das informações e documentos solicitados, item a item; 3. a identificação nominal e documental de todos os responsáveis; 4. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para toda negativa ou omissão.			

Em anexo, apresentou recurso administrativo ampliando o pedido inicial, questionando a atuação da SECULT e requerendo novos elementos, com destaques em vermelho, conforme segue:

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi juntada autorização da SETEC (doc. nº 17276945), porém não foi apresentado o processo administrativo integral, tampouco os pareceres técnicos que fundamentaram a autorização para evento noturno com estruturas temporárias e equipamentos elétricos.

- Requer-se:

- 1. o inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
- 2. os pareceres técnicos e fundamentos legais;
- 3. as condicionantes técnicas eventualmente impostas.

2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma que a autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, **sem apresentação do ato administrativo formal de isenção**.

- Requer-se:

1. o ato administrativo formal de isenção;
2. a base legal municipal específica;
3. esclarecimento se a isenção abrangeu todos os expositores.

3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio, porém **não constam e-mails de resposta, aceite formal ou relatórios de atuação**, incompatível com evento noturno e grande público.

- Requer-se:

1. os e-mails ou despachos de resposta da Guarda Municipal;
2. os relatórios operacionais de atuação durante o evento.

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada **qualquer comprovação documental** de comunicação à Polícia Militar.

- Requer-se:

1. comprovação formal da comunicação à Polícia Militar;
2. ou justificativa legal expressa para sua ausência.

5. Comunicação à EMDEC

Apesar da juntada de ofícios de solicitação, **não foram apresentados e-mails de retorno, autorizações, ordens de serviço ou relatórios operacionais**.

- Requer-se:

1. os e-mails ou despachos de resposta da EMDEC;
2. os relatórios ou ordens de serviço correspondentes.

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do “contratado”, o que é **juridicamente incorreto**.

Nos termos do **art. 29 da Lei nº 9.610/1998** e do **Regulamento de Arrecadação do ECAD (anexo 2)**, a responsabilidade pelo licenciamento é do **organizador do evento**, especialmente quando:

- o evento é organizado pela Prefeitura;
- ocorre em espaço público;
- há **contratação pública de sonorização**;
- há divulgação institucional;
- há música mecânica e/ou ao vivo.

- **Requer-se:**

1. os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. a identificação do responsável legal perante o ECAD;
3. ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

7. Artistas – Transferência Irregular de Responsabilidade e Guarda da Documentação

A existência de **palco, iluminação e sonorização contratados com recursos públicos** evidencia, de forma inequívoca, a **realização de apresentações musicais**.

Todavia, a resposta administrativa **não apresenta contratos, recibos, notas fiscais ou termos de apresentação dos artistas**, limitando-se a alegar que contratações teriam sido feitas por expositores.

Tal alegação configura **tentativa irregular de transferência de responsabilidade**, inclusive quanto à **posse, guarda e disponibilização da documentação probatória**, o que não é admitido no regime jurídico-administrativo.

Ainda que terceiros tenham participado da contratação artística, compete à **Secretaria organizadora exigir, custodiar e disponibilizar toda a documentação**, inclusive para fins de controle e transparência.

- **Requer-se:**

1. os contratos ou termos de apresentação dos artistas;
2. os comprovantes de pagamento ou termos formais de gratuidade;
3. a identificação nominal e documental de quem contratou cada artista;
4. a indicação expressa de onde a documentação se encontra arquivada;
5. **justificativa legal** para eventual alegação de posse por terceiros.

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Estruturas / Energia Elétrica

Foram juntadas **notas de empenho específicas** para:

- **Palco** (E13811/2023);
- **Iluminação** (E13812/2023);
- **Sonorização** (E13813/2023);
- **Sanitários Químicos** (E14048/2023).

Apesar disso, a resposta afirma genericamente que “as demais estruturas” foram viabilizadas por expositores, **sem qualquer individualização**.

- **Requer-se:**

1. a descrição completa de **todas** as estruturas utilizadas;
2. a identificação **nominal e documental (nome e RG)** dos responsáveis por cada estrutura não contratada pela Prefeitura, ou seja, “as demais estruturas”;
3. esclarecimento sobre o **fornecimento de energia elétrica (quem forneceu?)**;
4. identificação do **responsável técnico** (ART/RRT).

9. Materiais Publicitários

Foram juntadas imagens de divulgação em rede social institucional, **sem qualquer informação sobre custo, contratação ou responsável pela publicidade**.

- **Requer-se:**

1. a íntegra dos materiais publicitários;
2. esclarecimento sobre eventual custo da divulgação;
3. identificação **nominal e documental do responsável** pela publicação.

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta afirma genericamente que instalações temporárias em áreas abertas não demandariam PTIOT, **sem apresentação de parecer técnico individualizado**, apesar de:

- evento noturno;
- uso intensivo de energia elétrica;
- palco, iluminação e sonorização;
- grande público.

- **Requer-se:**

1. o AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. ou parecer técnico formal de dispensa;
3. Identificação **nominal e documental** do responsável técnico pela segurança do evento.

11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não há qualquer informação objetiva sobre eventual uso de emendas parlamentares.

- Requer-se:

1. informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. identificação dos parlamentares;
3. valores e rubricas orçamentárias;
4. forma de execução financeira.

12. MESAS, CADEIRAS E SANASA (OMISSÃO REITERADA)

O ofício institucional solicita expressamente:

- reserva de 30 jogos de mesas e cadeiras;
- fornecimento de 02 caixas de água com copos individuais por dia, pela SANASA.

A resposta **não enfrenta esses pontos**, omitindo informações relevantes.

- Requer-se:

1. esclarecimento sobre o fornecimento das mesas e cadeiras (**pedido foi atendido ou não?**);
2. esclarecimento sobre o fornecimento de água pela SANASA (pedido foi atendido ou não?);
3. documentos comprobatórios (repostas, emails, ofícios) e eventual custo envolvido.

(...)

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER**:

1. o provimento integral do presente recurso;
2. a complementação das informações e documentos solicitados, item a item;
3. a identificação **nominal e documental de todos os responsáveis**;
4. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com **base legal expressa** para toda negativa ou omissão.

A **RECORRENTE** juntou, ainda, o Regulamento de Arrecadação do ECAD.

A **SECULT** concedeu **provimento ao recurso de 1ª instância**, determinando à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) **a complementação, se houvesse a informação solicitada**, nos seguintes termos:

Diante do exposto pelo solicitante Sr. **Marcelo Bonifácio** em seu requerimento de recurso em 1ª instância da LAI nº 1028/2025, decido por acolher o recurso interposto e:

1 - Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC), nos termos do artigo 30 do decreto 22.170/2022 e seus parágrafos subsequentes;

2 - Determino que seja encaminhado à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) para análise e complementação, se houver a informação solicitada.

Ato contínuo, a referida **Coordenadoria Departamental (COFEC)** aborda cada item do recurso de 1ª instância, oferecendo as respostas pertinentes que serão compiladas mais adiante.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** questionando as respostas ofertadas, em tópicos a seguir enumerados: I – DO CABIMENTO; II – DO CONTEXTO FÁTICO COMPROVADO NOS AUTOS; III – DA CONTRADIÇÃO CENTRAL DA RESPOSTA ADMINISTRATIVA; IV – DO PADRÃO ADMINISTRATIVO DE OMISSÕES REITERADAS; V – DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DOCUMENTAL; VI – DA OMISSÃO SOBRE O ECAD; VII – DA OMISSÃO DELIBERADA SOBRE OS “EXPOSITORES” E DA POSSÍVEL OCULTAÇÃO DE RESPONSÁVEIS PELAS CONTRATAÇÕES ARTÍSTICAS; VIII – DA FRAGMENTAÇÃO ARTIFICIAL DE RESPONSABILIDADES; IX – DA VIOLAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Ao final, **apresenta os seguintes pedidos:**

X – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. **o provimento integral do presente recurso em 2ª instância;**
2. **a complementação das informações e documentos solicitados, especialmente quanto a:**
 - a) **contratos ou termos de apresentação dos artistas que participaram do evento;**
 - b) **comprovantes de pagamento ou termos formais de gratuidade;**
 - c) **identificação nominal e documental dos responsáveis pela contratação dos artistas;**
 - d) **indicação expressa do local de arquivamento da documentação correspondente;**
 - e) **comprovação do licenciamento ou pagamento ao ECAD;**
 - f) **identificação formal dos expositores responsáveis pelas contratações mencionadas na resposta administrativa;**
3. **a apresentação de justificativa administrativa formal, devidamente motivada e com base legal expressa, para qualquer eventual negativa de fornecimento das informações.**

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque, o recurso de 2ª instância traz pedidos distintos e incrementa substancialmente a **solicitação inicial, cujos itens restaram integralmente respondidos pela SECULT**, a conferir a **compilação dos respectivos recortes**:

CÓPIA DAS AUTORIZAÇÕES RELATIVAS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CONCEDIDAS PELA SETEC;

CÓPIA DAS TAXAS RECOLHIDAS (INDIVIDUALMENTE) REFERENTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (SETEC) DOS EXPOSITORES PARTICIPANTES;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de

Trata-se de eventos culturais e turísticos, que reserva para os artesãos, espaços específicos, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes no rotativo.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

a) à Guarda Municipal de Campinas: a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

b) à EMDEC: O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades e o fechamento das avenidas que se fizerem necessárias.



SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

Praça Voluntários de 32 S/N - Bairro Ponte Preta - CEP 13041-900 - Campinas - SP

SETEC-PRESIDENCIA/SETEC-DAF/SETEC-DAF-DIAD/SETEC-DAF-DIAD-ATENDIMENTO

DESPACHO

Campinas, 09 de agosto de 2023.

À DIOSP

Agendamento do local providenciado junto à SETEC, dos locais e datas indicados para Agosto e Setembro, não há outras solicitações em mesma data.

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi juntada autorização da SETEC (doc. nº 17276945), porém não foi apresentado o processo administrativo integral, tampouco os pareceres técnicos que fundamentaram a autorização para evento noturno com estruturas temporárias e equipamentos elétricos.

– Requer-se:

1. O inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. Os pareceres técnicos e fundamentos legais;
3. As condicionantes técnicas eventualmente impostas.

RESPOSTA

1. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (inteiro teor, pareceres técnicos e fundamentos legais das autorizações e as condicionantes técnicas impostas ou dispensadas). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo A resposta afirma que a autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, sem apresentação do ato administrativo formal de isenção.

– Requer-se:

1. O ato administrativo formal de isenção;
2. A base legal municipal específica;
3. Esclarecimento se a isenção abrangeu todos os expositores.

RESPOSTA

2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (ato administrativo formal de isenção e base legal que fundamenta eventual dispensa, bem como se a isenção abrange todos os expositores, que são informações de responsabilidades da SETEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À GUARDA MUNICIPAL;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Híppie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Trata-se de eventos culturais e turísticos, que reserva para os artesãos, espaços específicos, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Híppie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes no rotativo.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

a) à Guarda Municipal de Campinas: a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio, porém não constam e-mails de resposta, aceite formal ou relatórios de atuação, incompatível com evento noturno e grande público.

– Requer-se:

1. Os e-mails ou despachos de resposta da Guarda Municipal;
2. Os relatórios operacionais de atuação durante o evento.

RESPOSTA

3.1. Conforme doc. 17804169, anexamos despacho de ciência da Guarda Municipal.

3.2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais de atuação no evento que são informações de responsabilidades da Guarda Municipal). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Rua Afonso Pena, 1380 - Bairro Vila Nova São José - CEP 13100-440 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br

PMC/PMC-SMCASP-GAB/PMC-SMCASP-SGGMC-Comandante

DESPACHO

Campinas, 26 de maio de 2023.

Prezados Senhores,

De ordem da Sra. Comandante, acuso ciência e informo que a referida demanda foi incluída no Plano de Apoio Operacional da Guarda Municipal de Campinas.

É o que havia de relatar no presente momento.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À POLÍCIA MILITAR;

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação documental de comunicação à Polícia Militar.

– Requer-se:

1. Comprovação formal da comunicação à Polícia Militar;
2. Ou justificativa legal expressa para sua ausência.

RESPOSTA

4. A Polícia Militar não foi comunicada em virtude da baixa complexidade dos eventos e pela prévia comunicação a Guarda Municipal.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À EMDEC;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Trata-se de eventos culturais e turísticos, que reserva para os artesãos, espaços específicos, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes no rotativo.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

a) à Guarda Municipal de Campinas: a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

b) à EMDEC: O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades e o fechamento das avenidas que se fizerem necessárias.

5. Comunicação à EMDEC

Apesar da juntada de ofícios de solicitação, não foram apresentados e-mails de retorno, autorizações, ordens de serviço ou relatórios operacionais.

– Requer-se:

1. Os e-mails ou despachos de resposta da EMDEC;
2. Os relatórios ou ordens de serviço correspondentes.

RESPOSTA

5.1. Conforme doc. 17785978, anexamos documentos de ciência da EMDEC.

5.2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais, ordens de serviço que são informações de responsabilidades da EMDEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.



EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS
R. Dr. Sales de Oliveira, 1028 - Bairro Vila Industrial - CEP 13035-270 - Campinas - SP

EMDEC-PR/EMDEC-DO

DESPACHO

Campinas, 24 de maio de 2023.

À
SECULT

Informamos que a solicitação será atendida, conforme despacho da área operacional da EMDEC nº 8166831.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU NF DE PAGAMENTO DO ECAD (SOBRE UTILIZAÇÃO DE SOM MECÂNICO E APRESENTAÇÕES MUSICAIS);

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do “contratado”, o que é juridicamente incorreto.

Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.610/1998 e do Regulamento de Arrecadação do ECAD (anexo 2), a responsabilidade pelo licenciamento é do organizador do evento, especialmente quando:

- o evento é organizado pela Prefeitura;
- ocorre em espaço público;
- há contratação pública de sonorização;
- há divulgação institucional;
- há música mecânica e/ou ao vivo.

Despacho 17804665

SEI PMC.2025.00188162-18 / pg. 33

– Requer-se:

1. Os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. A identificação do responsável legal perante o ECAD;
3. Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

RESPOSTA

6. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (Comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD; Identificação do responsável legal perante o ECAD; Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa), uma vez que não ocorreu contratação de artista.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU NF DE PAGAMENTO DOS ARTISTAS QUE SE APRESENTARAM NO EVENTO OU CONTRATO;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

7. Artistas – Transferência Irregular de Responsabilidade e Guarda da Documentação

A existência de palco, iluminação e sonorização contratados com recursos públicos evidencia, de forma inequívoca, a realização de apresentações musicais.

Todavia, a resposta administrativa não apresenta contratos, recibos, notas fiscais ou termos de apresentação dos artistas, limitando-se a alegar que contratações teriam sido feitas por expositores.

Tal alegação configura tentativa irregular de transferência de responsabilidade, inclusive quanto à posse, guarda e disponibilização da documentação probatória, o que não é admitido no regime jurídico-administrativo.

Ainda que terceiros tenham participado da contratação artística, compete à Secretaria organizadora exigir, custodiar e disponibilizar toda a documentação, inclusive para fins de controle e transparência.

– Requer-se:

1. Os contratos ou termos de apresentação dos artistas;
2. Os comprovantes de pagamento ou termos formais de gratuidade;
3. A identificação nominal e documental de quem contratou cada artista;
4. A indicação expressa de onde a documentação se encontra arquivada;
5. Justificativa legal para eventual alegação de posse por terceiros.

RESPOSTA

7. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não realizou a contratação de artista para a “Feira Hippie Especial Dia dos Pais 2023”, realizada no Centro de Convivência, nos dias 10 e 11 de agosto de 2023, razão pela qual não possuímos o solicitado.

CÓPIA DO CONTRATO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO EVENTO: AJUDANTES/MONTADORES, BARRACAS, TENDAS, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17277034, 17277065, 17277105 e 17277138), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Foram juntadas notas de empenho específicas para:

- Palco (E13811/2023);
- Iluminação (E13812/2023);
- Sonorização (E13813/2023);
- Sanitários Químicos (E14048/2023).

Apesar disso, a resposta afirma genericamente que “as demais estruturas” foram viabilizadas por expositores, sem qualquer individualização.

– Requer-se:

1. A descrição completa de todas as estruturas utilizadas;
2. A identificação nominal e documental (nome e RG) dos responsáveis por cada estrutura não contratada pela Prefeitura, ou seja, “as demais estruturas”;

Despacho 17804665

SEI PMC.2025.00188162-18 / pg. 34

3. Esclarecimento sobre o fornecimento de energia elétrica (quem forneceu?);
4. Identificação do responsável técnico (ART/RRT).

RESPOSTA

8.1. A descrição completa de todas as estruturas utilizadas e contratadas por esta SECULT encontram-se anexos nos docs. 17804262, 17804288, 17804397, 17804415, 17804439, 17804456, 17804487 e 17804601.

8.2. Informamos que não temos controle sobre os itens fornecidos pelos expositores. Por este motivo não possuímos os solicitado.

8.3. A ligação de energia elétrica é providenciada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e quanto ao custo não possuímos esta informação. Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de Novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

8.4. A ART encontra-se disponível no doc. 17804623.



1. Responsável Técnico

MARCOS TADEU BRITO DE SOUZA

Título Profissional: Engenheiro Civil

RNP: 2620735157

Registro: 0601195280-SP

Registro: 1923067-SP

Empresa Contratada: ADRIANA BASTOS SAMARA EVENTOS - ME

2. Dados do Contrato

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinas

CPF/CNPJ: 51.885.242/0001-40

Endereço: Avenida ANCHIETA

Nº: 200

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13015-100

Contrato:

Celebrado em: 13/08/2023

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 4.000,00

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Endereço: Rua ARACY DE ALMEIDA CAMARA

Nº:

Complemento: s/n

Bairro: RESIDENCIAL TERRAS DO BARÃO

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13085-404

Data de Início: 09/08/2023

Previsão de Término: 01/10/2023

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Artístico

Código:

CPF/CNPJ:

Endereço: Praça DURVAL PATAPO

Nº:

Complemento: s/n

Bairro: BARÃO GERALDO

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13084-210

Data de Início: 09/08/2023

Previsão de Término: 01/10/2023

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Artístico

Código:

CPF/CNPJ:

Endereço: Praça IMPRENSA FLUMINENSE

Nº:

Complemento: Centro de Convivência

Bairro: CAMBUÍ

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13025-466

Data de Início: 09/08/2023

Previsão de Término: 01/10/2023

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Artístico

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

			Quantidade	Unidade
Consultoria				
1	Laudo	de dispositivos ou componentes	30,00000	quilovolt-ampère

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

Resolução nº 1.025/2009 - Anexo I - Modelo A

Página 2/2

5. Observações

Instalação de balais tendo para sem e iluminação. Todos equipamentos descritos no contrato (isolação, cabos, conectores e racks, e demais utilizados) se encontram em perfeito estado de funcionamento e em condições de segurança de acordo com as normas técnicas vigentes e especificações do fabricante. Os procedimentos operacionais se adequam às normas de engenharia vigentes e pertinentes.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE CAMPINAS

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CAMPINAS 13 de AGOSTO de 2023

Local data

MARCOS TADEU BRITO DE SOUZA - CPF: 068.640.118-28

Prefeitura Municipal de Campinas - CPF/CNPJ: 51.885.242/0001-40

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-verso do sistema, certificada pelo Nível Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-sp.org.br ou www.confus.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-sp.org.br
Tel: 0800 017 18 11
E-mail: acessar@cria.org.br Para Contato do site acima



Valor ART R\$ 96,62

Registrada em: 13/08/2023

Valor Pago R\$ 96,62

Nível Número: 28027230231256632

Versão do sistema

Impresso em: 13/08/2023 16:01:30

CÓPIA DOS MATERIAIS PUBLICITÁRIOS (FÍSICOS E/OU DIGITAIS) UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DO EVENTO;

9. Materiais Publicitários

Foram juntadas imagens de divulgação em rede social institucional, sem qualquer informação sobre custo, contratação ou responsável pela publicidade.

– Requer-se:

1. A íntegra dos materiais publicitários;
2. Esclarecimento sobre eventual custo da divulgação;
3. Identificação nominal e documental do responsável pela publicação.

RESPOSTA

9.1. Informamos que a Coordenadoria Departamental de Feiras Culturais e de Economia Criativa se utiliza do Instagram para publicação dos eventos relacionado à Feira Hippie conforme doc. 17804654.

9.2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não possui contrato de divulgação com nenhum veículo de comunicação particular. Deste modo, não possuímos contratos ou despesas com divulgação, o que não impede que algum veículo de comunicação de eventos faça matéria de divulgação de forma independente, o que também não gera custos ao município.

AVCB PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS OU ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO;

Em resposta ao doc. nº 17091750, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Feira Hippie - Especial Dia dos Pais (Centro de Convivência) realizada nos dias 10 e 11/08/2023, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17276945, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17276884. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17276884.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17277034, 17277065, 17277105 e 17277138), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta afirma genericamente que instalações temporárias em áreas abertas não demandariam PTIOT, sem apresentação de parecer técnico individualizado, apesar de:

- evento noturno;
- uso intensivo de energia elétrica;
- palco, iluminação e sonorização;
- grande público.

– Requer-se:

1. O AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. Ou parecer técnico formal de dispensa;
3. Identificação nominal e documental do responsável técnico pela segurança do evento.

RESPOSTA

10. Esta secretaria não possui o solicitado, visto da natureza do evento ser de baixa complexidade e baixo impacto, não possuir barreiras físicas, controle de acesso e pessoas ou público sobre estruturas como

Despacho 17804665

SEI PMC.2025.00188162-18 / pg. 35

arquibancadas e similares.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A EVENTUAIS DIRECIONAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS.

11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não há nenhuma informação objetiva sobre eventual uso de emendas parlamentares.

– Requer-se:

1. Informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. Identificação dos parlamentares;
3. Valores e rubricas orçamentárias;
4. Forma de execução financeira.

RESPOSTA

11. Em atendimento ao solicitado sobre (destinação de emendas), informa-se que não houve utilização de emenda parlamentar por esta SECULT.

Vale aqui elucidar a **diferença entre 'Negativa de acesso' e 'Informação Inexistente'**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017 (fls. 11/12), a conferir:

3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".



Figura 5: Informação inexistente

Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso³, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

From

Enap

Enap

Súmula CMRI nº 6/2015

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, **a resposta ofertada pela SECULT de que não possui determinados documentos tem natureza satisfativa.**

Cópia de inteiro ou parcial teor de processos, inclusive processos de contratação, deve ser solicitada nos termos do **Decreto Municipal nº 21.799/2021**, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/137940>. **Documentos da lavra das entidades da Administração Indireta**, como EMDEC e SETEC, ou de outros órgãos municipais, como Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Serviços Públicos, devem ser objeto de **e-SIC específicos**.

Eventual inconformismo **com a conduta ou com o apoio institucional e logístico a eventos não se resolvem por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).**

Dessa forma, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.**

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE
Procuradora Municipal - OAB/SP: 134.974
Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] — (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Relator(a) da CMJRAI**, em 12/03/2026, às 11:16, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18048280** e o código CRC **6BCAF169**.